

Exm° Senhor Presidente  
Luiz Fagundes Duarte

Li, com a atenção possível, entre duas viagens para o estrangeiro, este extenso e muito útil documento, de que é autor o Deputado José Ferreira Gomes, também professor catedrático da UP.

1-O primeiro comentário é que espero que este documento e/ou outros subsequentes e similares constituam um embrião de um "white paper" sobre a política de I&D do país que possa ser lido, principalmente pelos seus executores e praticantes-os cientistas. Hoje por hoje ninguém verdadeiramente sabe quais as traves mestras da actual política de I&D. Talvez saiba o ministro do sector. E digo talvez.

2-Como é sabido a I&D existe, enquanto rúbrica de financiamento pelo Estado, para satisfazer necessidades de Soberania, a saber: Indústria+Serviços; Defesa e, por último, Conhecimento. São estes os três pilares. Uma política que não seja harmoniosa inter, intra e nestes pilares é uma política coxa.

3-qualquer política de I&D para o País, para qualquer país, tem que ter um horizonte temporal de cerca de 20 anos e deve merecer um certo consenso, para que se não assista ao típico e lusitano hábito do eterno renascer das cinzas.

4-A conexão Investigação Fundamental-Investigação Aplicada está descrita, desde há largos anos, em abundante literatura e é pena que só agora, e meritóriamente pela mão do Deputado Ferreira Gomes, apareça por cá num relatório. Já no muito recuado tempo em que eu era Director de uma revista de divulgação científica de âmbito nacional-a Futuro- se dava conta da experiência de muitos dos países com os quais temos que competir. Perdeu-se muito tempo foi o que foi. Parabéns ao Deputado Ferreira Gomes.

5-Finalmente gostaria de chamar a atenção par um ponto pequeno mas, a meu ver, crucial. É nos detalhes que se esconde o Diabo: o sistema de concursos, principalmente de passagem de Prof. Auxiliar para Prof Associado, mas também para Professor Catedrático, é um factor de cizânia, acaba com a colaboração inter-pares, destroi o ambiente de trabalho, não contribui para a produtividade etc. Defendo a abolição deste erro histórico. Numa Universidade que respeite o investimento feito no seu pessoal, o que deve ser difícil é entrar para lugar permanente(5-10 anos de tenure track). Uma vez entrado para o quadro, a Universidade deve defender as expectativas legítimas do agente (e o enorme investimento já feito)pelo que--dentro de níveis de qualidade/quantidade, pré-definidos por categoria funcional--se deve pautar por promoções. Evita-se assim as entradas de leão e, bastas, vezes, saídas de sendeiro de concursos urbi et orbi transmutados em promoções locais com lesão das legítimas expectativas dos concursantes. Hoje os Departamentos estão transformados, por obra e graça deste bizarro costume, em gases perfeitos, com os docentes zangados dois a dois com a inerente erosão de qualquer ganho de produtividade. O desânimo-por estarem dezenas de anos na mesma categoria, pese o currículo- é o estado de alma mais frequente e, como é sabido não se fazem omeletes sem ovos que é como quem diz, ciência sem cientistas motivados. As promoções podem ser feitas com juris, com índices bibliométricos, o que queiram, mas devem ser operadores unários (como a agregação).

Este e-mail já vai longo. Não tenho possibilidade de dar maior contribuição, pois estarei fora do país até princípios de Outubro

Os meus Cumprimentos  
José Emílio FT Ribeiro